

Ex.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Srs. Vereadores

Caros Colegas

Ilustres presentes

Relativamente à proposta 313 de 2014, que visa apreciar as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão de 2013 do Município de Lisboa, nos termos dos pontos 2, 3 e 4 da parte Deliberativa da proposta, o Partido da Terra gostaria de dizer que vê com preocupação a actual e sobretudo futura situação financeira do município.

Há pouco mais de ano e meio, perante o chumbo do orçamento para 2013 por parte da Assembleia Municipal, o Dr. António Costa mostrava-se despreocupado, afirmando que não haveria drama para as finanças do município e que apenas teria mais trabalho nas reuniões de Câmara.

Estamos agora a discutir um documento que resulta de um orçamento irrealista, apesar de advir da dotação final de 2012, em resultado desse chumbo. Este facto pode justificar parte dos

devidos verificados na execução, mas não justifica, nem mascara as tendências evolutivas verificadas desta prestação de contas.

Este documento vem confirmar aquilo que já se sabia relativamente à receita, pois não é preciso ser grande adivinho para saber que se ira verificar uma **quebra acentuada da receita**.

O efeito da política de austeridade, da autoria do atual Governo, aplicada no seu período de governação, teve e tem consequências em toda a sociedade. Para já não falar dos cortes cegos e do ataque ao estado social, o corte nos salários e o enorme aumento de impostos que resultaram na retração do consumo, com impactos significativos nos resultados das empresas.

Também o sector imobiliário, de onde surge parte das receitas urbanísticas, está em crise, pelo menos desde 2008. A dificuldade de acesso ao crédito, com os bancos a subirem a sua margem de lucro para níveis record e as famílias a entregarem as casas por incapacidade de suportarem os empréstimos, atirou o sector para níveis de atividade mínimos.

Foram sete anos em que a Câmara Municipal tem assobiado para o lado, tendo acordado apenas para a situação da receita, apenas no final do ano passado, quando decidiu aumentar progressivamente as taxas municipais, noticia anunciada na primeira reunião da assembleia, pós-eleições.

Curiosamente, meses depois, o mesmo executivo aprovou a isenção do pagamento de taxas, à empresa promotora do evento do Rock in Rio, no valor de 5 milhões de euros. O Partido da Terra votou contra essa decisão por considerar que a proposta não defendia os interesses do município e dos cidadãos de Lisboa.

Assim, não vimos com grande surpresa a diminuição da receita corrente superior a 123 milhões nos últimos 3 anos, vimos sim com admiração a falta de capacidade do actual executivo em lidar o problema.

O argumento, de que em Lisboa vivem 550 mil habitantes, mas tem de suportar serviços para mais de 1 milhão que a cidade recebe todos os dias, não é novo, é sim, o resultado da política de expansão urbanística que se verificou nas últimas décadas na AML e da incapacidade da cidade estancar a sangria de habitantes para os concelhos vizinhos.

Vejamos, se por um lado a cidade tem mais custos pelos serviços que é obrigada a suportar, por outro também recebe mais impostos, nomeadamente, a derrama, porque é em Lisboa que estão concentradas grande parte das empresas existentes e conseqüentemente, emprego.

O que de facto acontece é que a cidade de Lisboa, não recebe a devida compensação da concentração do património da administração central. Enquanto a maior parte das empresas, e até

mesmo os privados, já sentiram o seu orçamento afetado com a reavaliação dos imóveis, o estado continua a usufruir da isenção. Segundo os últimos valores, essas isenções aos mais diversos níveis, representavam um bolo de **420 milhões de euros**, onde, com certeza o município teria direito a uma fatia significativa.

Outro facto importante que importa salientar, tem a ver com o valor do IMI. Apesar do processo de reavaliação do imóvel levado a cabo pelas finanças e das expectativas de evolução positiva da receita, verificou-se que em Lisboa no ano de 2013, esse valor **baixou para 96 milhões de euros**, o valor mais baixo dos últimos 3 anos. A este cenário junta-se a perspetiva da extinção da receita do IMT até 2017, que em 2013, contribuiu **70 milhões euros** para os cofres do município.

Se olharmos **para a despesa**, esta tem tido um comportamento decrescente, mas a um ritmo lento, principalmente quando comparado com o comportamento da receita.

Em termos de despesa corrente, verificou-se uma diminuição de cerca de 5 milhões de euros, enquanto que a despesa de capital teve uma diminuição significativa. Diminuição esta, resultante do uso do valor dos cerca de 300 milhões de euros provenientes do memorando, assinado com o atual governo para amortizar as dívidas de médio e longo prazo.

O atual executivo tem vindo a apostar afincadamente no processo de reforma administrativa, convencido que a transferência de competências para as juntas de freguesia, vai trazer ganhos de

eficiência capazes de baixar os indicadores de despesa. O Partido da Terra duvida dessa solução! Até porque os indicadores que vamos tendo desse processo, refletem precisamente o contrário, com a câmara a ter de reforçar recursos humanos após a transferência para as juntas, agravando assim, a tendência que já se verificava.

Com este nível de despesa, o atual executivo corresponde com uma das mais baixas taxas de cumprimento do plano de atividade de sempre, inferior a 50%. Ao nível do PPI temos taxas de execução baixíssimas. O eixo “cidade amiga” teve uma execução de 30%, o dos Bons Serviços Urbanos, uma execução de 39%, e por fim, o eixo de uma cidade de oportunidades de 31%.

A baixa execução destes eixos, pode ser justificada por alguns programas, nomeadamente, nos que dizem respeito à proteção e segurança (taxa de execução de 20%), à rede viária onde se incluía a manutenção, (taxa de 20%), ao espaço público de proximidade (taxa de execução de 11%).

Mas o mais gritante e preocupante, assenta no programa de acção social, como é que é possível, este eixo apenas ter tido uma taxa de execução de 46.5%, quando estamos a viver num clima de precariedade e pobreza?!

Estes números são também traduzidos pela baixa execução do PPI por orgânica. O departamento de habitação e desenvolvimento social (18%), o de proteção civil e socorro (12%), o de ambiente urbano (15%), o de modernização e sistemas de informação (23%),

a polícia municipal (0,4%). Resta acrescentar, que das duas uma, ou existiu uma ordem para não executar o PPI ou o planeamento foi uma autêntica falácia.

Relativamente às empresas municipais, o Partido da Terra, nesta assembleia já teve a oportunidade de expressar a sua oposição à liquidação da EPUL, pois será mais uma fatura significativa que o município terá de assumir e incrementar o passivo, que já apresenta uma tendência de subida. Também o caso Braga Parques dará em breve um forte contributo. A Câmara de Lisboa apresentou no final de 2013 um passivo de 1420 milhões de euros, contrariamente a 2012, que tinha apresentado 1285 milhões de euros, portanto um incremento de 135 milhões euros.

Enquanto os trabalhadores da Câmara Municipal veem os seus salários reduzidos, verificamos que aumentou significativamente a despesa com pessoal nas empresas municipais, para níveis pouco recomendáveis. A EGAC, viu os custos de pessoal subir mais de 1 milhão de euros desde 2010.

A EMEL apesar do número de funcionários ter-se mantido quase igual, também sobe as despesas com pessoal em mais de 1 milhão de euros. A EPUL que se encontra em fase de liquidação, apesar de ter reduzido o nº de empregados, tem entre 2012 e 2013 um incremento de mais de 2 milhões de euros. A GEBALIS e a SRU tem tido alguma estabilidade evolutiva.

Meus senhores e minhas senhoras,

Apesar do atraso de cerca de 4 meses na entrega deste documento, justificado por problemas informáticos, trata-se de um documento cheio de reservas por parte do revisor oficial de contas, que em termos gerais se

caracterizam por informação incompleta ou ausência total de informação, sobretudo em questões ligadas ao património municipal.

Mas, o que nos parece mais preocupante é a ausência de informação relativa ao inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais o que configura o incumprimento legal previsto na lei 75/2013, em conjugação com o Decreto de Lei 51-A/99. Tratava-se de uma informação determinante para avaliar a real situação das contas do município, seja em 2013, ou nos exercícios onde esta informação não esteja presente.

Em suma, o presente documento vem confirmar as reservas e preocupação levantada pelo Partido da Terra aquando da discussão da proposta 890/2013 sobre a autorização para a contratação de empréstimo de curto prazo em 2014, no montante de até 40 milhões de euros, para fazer face a necessidades de tesouraria e na sequência do encaixe financeiro do memorado de entendimento com o governo sobre os terrenos do aeroporto e do CCB.

Contrariamente ao que o executivo afirma, este documento prova que o município de Lisboa não tem a situação controlada do ponto de vista financeiro e nem tem uma situação solida do ponto de vista da dívida

Disse